

**PROJETO DE VIDA DE ADOLESCENTES: uma estratégia de intervenção para
o serviço social na educação básica**

DOI: <http://dx.doi.org/10.18391/req.v23i1.5981>

ADOLESCENT LIFE PROJECT: AN INTERVENTION STRATEGY FOR SOCIAL WORK IN BASIC EDUCATION

CRISTINA KOLOGESKI FRAGA¹
LILIAN MARQUES SOBROSA

RESUMO

O presente artigo tem como tema o projeto de vida de adolescentes enquanto uma possibilidade de intervenção para o Serviço Social na Educação Básica. Essa perspectiva se baseia em uma análise crítica orientada pela teoria social marxista. Para tanto, serão abordados os aspectos históricos e os desafios à atuação do Serviço Social na Educação Básica; a questão social no contexto escolar; as particularidades da inserção do(a) assistente social no Ensino Básico; a importância de se trabalhar o projeto de vida com adolescentes em meio a um locus privilegiado de intervenção, que é a escola; e o papel do(a) assistente social nesse processo. Logo, faz-se necessário adentrar na problemática da adolescência, bem como no papel da subjetividade nas relações sociais e no cenário adverso da pandemia do Coronavírus. Também se discorrerá acerca do espaço sócio-ocupacional de realização do estágio e o processo de aplicação do projeto de intervenção junto dos adolescentes, sob a denominação “Qual vai ser?”. Por fim, serão tecidas algumas conclusões sobre a relevância da temática, a importância da inserção profissional em escolas, os constantes retrocessos desse campo no contexto brasileiro atual e o acirramento da questão social.

Palavras-chave: Projeto de Vida. Adolescente. Educação.

ABSTRACT

This article has as its theme the adolescents' life project as a possibility of intervention for Social Work in basic education, based on a critical analysis guided by Marxist social theory. To this end, the historical aspects and challenges to the performance of Social Work in basic education will be addressed; the social issue in the school context; the particularities of the insertion of the social worker in basic education; the importance of working on a life project with adolescents in the midst of a privileged locus of intervention, which is the school and the role of the social worker in this process. Therefore, it is necessary to go into the question of adolescence, as well as the role of subjectivity in social relations and the adverse context of the Coronavirus pandemic. It will also be discussed about the socio-occupational space for carrying out the internship and about the application process of the intervention project with the adolescents, under the name “Which will it be?”. Finally, some conclusions will be drawn about the relevance of the theme, the importance of professional insertion in schools, the constant setbacks in the current Brazilian context and the intensification of the social issue.

Keywords: Life Project. Adolescent. Education.

INTRODUÇÃO

A adolescência é vista como um período de muitas transformações e turbulências, em função da transição entre as fantasias de um mundo infantil e as exigências reais de um universo quase adulto. Nesse processo, o(a) adolescente passa por uma etapa de formação da identidade e mudança de suas relações sociais. As expectativas para o futuro, em geral, também fazem parte dessa fase: a partir da realidade experienciada, surgem projeções para o amanhã e perspectivas para a vida. Diante disso, este artigo tem como base a experiência de estágio curricular obrigatório ocorrido no curso de Serviço Social e tem como objetivo relatar e refletir sobre a vivência da aplicação do projeto de intervenção junto a adolescentes.

O estágio ocorreu em uma escola localizada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, na qual se destacavam demandas relativas a expectativas de futuro de adolescentes, tais como ingresso no mercado de trabalho por meio do programa Jovem Aprendiz. O projeto de intervenção aplicado em meio ao estágio abordou questões pertinentes ao projeto de vida das adolescentes, trabalhando temáticas que impactavam direta e indiretamente esses planejamentos, bem como as visões de futuro das mesmas.

O projeto de vida, segundo Gomes et al. (2016), pode ser definido como um conjunto de pretensões, planos e desejos a serem alcançados rumo a um ideal. O objetivo dessa ferramenta é organizar e orientar o próprio futuro. Cabe ressaltar que um projeto não é algo imutável, pois parte de uma constante reflexão e vai sendo reelaborado a partir do que é vivenciado. A construção de um projeto de vida lida também com subjetividades e objetivos que são significativos para o indivíduo, implicando em mudanças para além do eu. Dessa forma, a constituição desse instrumento adentra na realidade em que o sujeito está inserido, incentivando processos reflexivos sobre ela, bem como o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Além disso, o projeto de vida também pode ser considerado como um meio de inclusão social através do qual se pode almejar e conquistar melhores condições de vida, principalmente através da escolarização e do trabalho. Por isso, é essencial que a escola e a família/responsáveis trabalhem essa questão com os(as) adolescentes, a fim de auxiliá-los(as). Vale lembrar que ter um projeto de vida contribui para a construção de um sentido na vivência de um indivíduo e proporciona motivos pelos quais lutar e objetivos a serem conquistados (GOMES et al., 2016).

A Fundação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ) (2019) publicou dados de uma estimativa encomendada para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse relatório aponta que, em 2019, 33% da população brasileira corresponderia a crianças e adolescentes de 0 (zero) a 19 (dezenove) anos, totalizando mais de 60 milhões de pessoas. Informações mais recentes, publicadas por Verdélio (2018) a partir de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), informam que 23% dos(as) jovens brasileiros(as), de idades entre 15 e 24 anos, não trabalhavam e nem estudavam. A maioria desse número era de mulheres negras. Enquanto isso, 49% se dedicavam exclusivamente ao estudo ou capacitação, 13% só trabalhavam e 15% trabalhavam e estudavam ao mesmo tempo. No entanto, entre os(as) jovens que não estudavam e nem trabalhavam, 31% deles(as) estavam procurando trabalho. Estes eram, em grande parte, homens. Por outro lado, mais da metade desse número 64% (na maioria mulheres), dedicava-se a trabalhos de cuidado doméstico e familiar. Em outros termos, esses(as) jovens não estavam ociosos(as): alguns deles(as) ainda não

tiveram as oportunidades de trabalho que buscavam e fazem parte do grande contingente de desempregados(as) brasileiros(as).

Essa realidade reforça a necessidade e a importância de o Estado investir em políticas públicas que ampliem as possibilidades de adolescentes se profissionalizarem. Ademais, também é fundamental incentivar a adesão de empresas ao programa “Jovem Aprendiz”¹. Além disso, é de extrema importância o estímulo à continuidade dos estudos que, por vezes, são interrompidos pela gravidez na adolescência, pelo envolvimento com o crime, pela drogadição, pela falta de incentivo e/ou perspectivas. Tais problemáticas devem ser cada vez mais observadas pelas autoridades competentes, de modo a propiciar investimentos em programas, projetos, parcerias e políticas públicas que objetivem prevenir e diminuir a evasão escolar.

Ressalta-se que, no período de construção desse artigo, o Brasil e o mundo enfrentam uma crise sanitária e humanitária sem precedentes, em função da pandemia do Coronavírus (COVID-19). A necessidade do isolamento social fez com que as aulas presenciais fossem suspensas em todo o país. Diante desse cenário, aliado ao retrocesso dos direitos sociais e ao avanço de políticas neoliberais e conservadoras em meio a uma gestão desastrosa do governo federal para controle da epidemia, as perspectivas de futuro de muitas pessoas são ameaçadas, especialmente a dos(as) adolescentes que estão em processo de desenvolvimento, descobertas constantes e, portanto, de incertezas.

Na adolescência, a construção do projeto de vida é muito importante para a formação de sujeitos conscientes e críticos. O projeto de vida reflete a relação que os sujeitos estabelecem com o mundo em que vivem e possibilita a transformação da realidade em que eles estão inseridos. Logo, o ambiente educacional é um local privilegiado do exercício profissional, por se constituir como um espaço de construção de subjetividades no qual se expressam as múltiplas expressões da questão social.

Por isso, a intervenção do Serviço Social é de suma importância: com seu olhar diferenciado sobre a realidade, seu aparato técnico e seu direcionamento voltado para a emancipação e liberdade dos indivíduos, o(a) assistente pode orientar, auxiliar e fomentar processos reflexivos junto dos adolescentes em meio à construção de projetos de vida. Para tanto, neste artigo serão desenvolvidos tópicos relacionados ao projeto de vida de adolescentes, visto enquanto uma possibilidade de intervenção para o Serviço Social em meio à Educação Básica.

1. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ALGUNS DESAFIOS À ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A educação, enquanto política social e espaço de formação de sujeitos e de efetivação de direitos, deve ser um ambiente de atuação do Serviço Social para além da Política de Assistência Estudantil e de análises-socioeconômicas. O exercício do assistente social no campo educacional deve estar ligado a uma análise crítica da realidade e precisa contemplar a comunidade escolar como um todo, não se restringindo ao segmento estudantil ou a abordagens individuais. Isso significa que o trabalho requer também o envolvimento de famílias, professores(as), gestores(as), demais trabalhadores(as) da educação, profissionais da rede, instâncias de controle social e movimentos sociais.

Em outros termos, a atividade do Serviço Social demanda ações de caráter coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e de capacitação profissional. O objetivo central é a viabilização, aos(as) usuários(as), de direitos sociais e a concretização das quatro dimensões que particularizam a inserção dos (as) assistentes sociais na área educacional: garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013).

A discussão acerca da ocupação desse importante espaço de atuação não é recente e levou até mesmo um Projeto de Lei (PL) para a Câmara Federal: a PL 3688/2000 prevê a inserção de psicólogos(as) e assistentes sociais em escolas públicas de Educação Básica. Após anos de discussão, pressão política, inúmeros debates em eventos da categoria, pesquisas e publicações científicas acerca da inclusão do Serviço Social na Educação Básica, em 2019, o então PL – agora Lei 13.935/2019 – foi aprovado pelo legislativo, que precisou derrubar o veto do presidente Jair Messias Bolsonaro. Sendo assim, o momento é de se criar estratégias coletivas e pressionar as autoridades para a implementação da lei, que já é uma grande conquista para a Educação Básica, para estudantes e suas famílias, assistentes sociais e psicólogos(as).

O atual cenário pandêmico também acabou por evidenciar e complexificar ainda mais a questão social, inclusive no âmbito educacional, em função de que as recomendações de isolamento doméstico e higienização ocorrem junto a enormes índices de desemprego e subemprego. Além disso, é preciso levar em consideração a ausência de moradia, de abastecimento de água e de saneamento básico, realidade vivenciada por muitas famílias diante da enorme desigualdade que assola o Brasil.

Com o fechamento de serviços não essenciais, muitas famílias ficaram sem nenhuma fonte de renda, em um país onde significativa parte da população já vive com menos de um salário mínimo. Ainda que o governo federal tenha liberado a concessão do auxílio emergencial, no valor de 600 reais, para famílias de baixa renda e autônomos/informais – concessão essa que foi fruto de muita pressão política e reivindicações sociais –, esse benefício não é suficiente para manter e suprir as necessidades da comunidade. Ademais, o programa enfrentou inúmeros problemas que dificultaram o acesso de muitas pessoas ao auxílio. Logo, esse contexto demanda medidas governamentais que se voltem aos segmentos mais vulneráveis da sociedade e reforça a necessidade da efetivação da Seguridade Social por meio de políticas públicas articuladas à saúde, à assistência, à Previdência Social, à alimentação, à habitação, ao saneamento, ao trabalho e à renda (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020).

Portanto, o(a) assistente social inserido em instituições educacionais deve conhecer a realidade em que está inserido em sua totalidade, percebendo os reflexos da questão social na vida dos sujeitos e sua interferência no processo educativo. Assim, é imprescindível que esse profissional esteja atento às demandas e seus desdobramentos na relação entre professor(a)/escola, estudante/comunidade. A partir disso, o(a) assistente precisa atuar junto à orientação pedagógica e demais agentes do campo educacional, desenvolvendo um trabalho multiprofissional. Além disso, ele deve articular esforços junto à rede de serviços sócio assistenciais, atendendo tanto questões subjetivas dos(as) estudantes e suas famílias, como objetivas, relativas à realidade social em que estão inseridos(as).

2. PROJETO DE VIDA DE ADOLESCENTES: UMA INTERVENÇÃO POSSÍVEL PARA O SERVIÇO SOCIAL

A adolescência, compreendida a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como sendo o período entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990), é uma fase de muitas transformações e mudanças físicas, biológicas, hormonais e psicológicas. Ao longo dessa etapa da vida, ocorre a formação da identidade. Além disso, reflexões e escolhas começam a ser feitas e, conseqüentemente, projetos passam a ser construídos. Esses últimos refletem a visão que o(a) adolescente tem de si mesmo, do mundo e daquilo que deseja alcançar, estando ligados à sua realidade e vivências (MARCELINO; CATÃO; LIMA, 2009).

Partindo de uma análise sócio histórica e dialética da realidade dos indivíduos, deve-se considerar que os seres humanos, mais particularmente os(as) adolescentes, agem como um elemento transformador do meio em que vivem, da mesma forma como também são transformados(as) por ele. Ou seja, os aspectos externos influenciam em suas realidades. Logo, a cultura, o meio e as condições reais e objetivas de vida estão diretamente associados à constituição da identidade, às expectativas de futuro e aos projetos de vida (MARCELINO; CATÃO; LIMA, 2009).

A construção de um projeto de vida é algo dinâmico e processual. Portanto, ela não se limita às circunstâncias objetivas de vida, mas também se caracteriza pelo diálogo entre a subjetividade e a objetividade. Isso porque é através da reflexão crítica de suas vivências que os sujeitos reconhecem possibilidades de superação de uma determinada realidade e elencam perspectivas para o futuro. Segundo Marx (2013), projetar é uma ação inerente ao ser humano, sendo esse o principal aspecto que os diferencia dos animais: a capacidade de idealizar e, por meio do trabalho, transformar a natureza de acordo com seus interesses e objetivos. Logo, a construção de um projeto de vida é produto da práxis², que envolve as dimensões psicossocial, psicoafetiva, política e técnica (MARCELINO; CATÃO; LIMA, 2009).

A subjetividade, de acordo com Cordeiro (2018), tem um papel muito importante no processo de formação da vida humana, uma vez que está diretamente ligada às relações sociais e às condições objetivas de vida da população. A subjetividade humana é baseada em valores e ideologias produzidas pelo capitalismo. Isso significa que é a partir da captura do pensamento dos sujeitos que o modo de vida criado pelo capitalismo se transforma no único possível, mantendo, assim, a ordem social.

As ideologias, por sua vez, não são ilusões criadas com base em percepções abstratas: elas estão fundamentadas no alicerce material da sociedade, a partir do qual a classe dominante imprime suas ideias, transformando-as em valores predominantes. Ou seja, a classe que detém o poder material, retém também os meios para a produção espiritual, sendo privilegiada em todas as épocas e apresentando conceitos com um falacioso caráter universal e justo para todos(as), ao mesmo tempo em que forma uma “falsa consciência”.

Sendo assim, conforme Marx (2008, p. 49 apud CORDEIRO, 2018, p. 39), “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Vale ressaltar que o termo ser social é aqui entendido como referência à vida social humana, sendo este, então, direcionado pela produção material da vida. Essa última envolve

as esferas econômica, de produção e de reprodução dos meios necessários de sobrevivência.

Ainda segundo o mesmo autor, essa captura da subjetividade dos sujeitos gera uma fragmentação da razão e da sensibilidade e estabelece uma diferença entre o que é verdadeiramente importante e os aspectos criados para tornarem-se essenciais, impostos como mais relevantes do que as necessidades reais. Isso porque os sujeitos ficam imersos na lógica da sociabilidade burguesa, isto é, sua representatividade está ligada ao sonho burguês. Nesse processo, também ocorre a distorção de categorias importantes, como emancipação e solidariedade, o que gera um processo de despolitização, de naturalização da miséria, de desigualdade social, e de meritocracia, sendo estas supostamente inerentes à vida humana.

Dessa forma, “sinaliza-se a condição na qual a subjetividade humana está submetida à lógica do modo de produção capitalista, através do processo de trabalho estranhado e alienado” (CORDEIRO, 2018, p. 45). Isso significa que a subjetividade expressa através dessa objetividade é distorcida, fazendo com que o sujeito perca a si mesmo, desconhecendo o mundo, o seu trabalho e as condições em que produz sua própria existência, e ficando alheio ao que realmente importa.

Diante disso, a subjetividade aparece como um elemento central no processo de transformação social e do modo de produzir de uma sociedade. Para que essas mudanças se concretizem são necessárias não apenas as condições objetivas para esse rompimento, mas a transformação da subjetividade humana, fruto das relações sociais: “para que se revolucione e se emancipe do mundo que captura radicalmente o sujeito; é preciso que se renuncie às imagens do passado que estão limitadas nas barreiras impostas pela ordem social do capitalismo” (CORDEIRO, 2018, p. 42).

Complementando aquilo que já foi exposto, Semeraro (1999, p. 73), que discorre a respeito do pensamento de Gramsci sobre a subjetividade, explica que é imprescindível a formação de

sujeitos sociais que visem a construção de um projeto de sociedade aberto à participação de todos os trabalhadores. Nesse sentido, a consciência e a subjetividade representam uma dimensão fundamental na ação política, uma vez que, se é verdade que não é a consciência que determina o ser social, é também verdade que só por meio da consciência o homem pode apropriar-se das funções da sociedade e ter condição de realizá-las, lutando contra as pressões externas que condicionam seu comportamento e neutralizam suas aspirações.

Entende-se, então, que as consequências econômicas, históricas e sociais do capitalismo afetam a todos(as), em qualquer atividade humana. Com isso, esses fatores consomem cada vez mais as subjetividades e corporeidades dos indivíduos, a partir da expropriação da mais-valia³. Sendo assim, o debate acerca da subjetividade, dentro de uma perspectiva crítica, deve se fazer presente na agenda política da categoria de assistente social, tanto na prática quanto na formação. Isso porque ele está diretamente conectado à emancipação humana, constituindo-se como um desafio muito importante a ser encarado pelo Serviço Social (DUARTE, 2010).

A educação, enquanto direito, deve ser ampliada e analisada a partir de diversos fatores que venham a compor a formação humana, sendo a escola um importante espaço de construção de subjetividade e, portanto, um ambiente propício para a elaboração do projeto de vida. A partir disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconiza o fomento e a construção de

projetos de vida entre os(as) adolescentes como um dos eixos centrais a serem desenvolvidos no contexto escolar, em torno do qual a instituição pode organizar suas práticas. A BNCC ainda destaca a importância de trabalhar e incentivar a composição de projetos de vida em meio aos(as) estudantes:

Ao se orientar para a construção do projeto de vida, a escola que acolhe as juventudes assume o compromisso com a formação integral dos estudantes, uma vez que promove seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da consolidação e construção de conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida. Dessa maneira, o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 472 - 473).

Logo, a elaboração de projetos de vida entre os(as) educandos(as) está relacionada em definitivo à ideia da construção de uma visão crítica acerca da sociedade em que esses(as) vivem suas próprias vidas, realidades e experiências. A partir dessa perspectiva, entende-se que essa atividade pode fomentar o processo do autoconhecimento e da autoestima em adolescentes. Vale destacar que é dever da escola, também, auxiliar seus alunos(as) no desenvolvimento de sua identidade enquanto sujeitos históricos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação social na concretização de seus projetos de vida. Ademais, em meio ao processo de socialização, o(a) adolescente pode vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

O projeto de vida é construído em meio às relações sociais e não é, portanto, algo imutável. Além disso, ele possibilita a prática do autoconhecimento e estimula as capacidades dos sujeitos. O processo de elaboração do projeto de vida promove reflexões e lida com objetivos significativos para os indivíduos: por meio dele, os(as) adolescentes vislumbram melhores condições através, principalmente, da escolarização e do trabalho. Além disso, o projeto dá sentido à vida do sujeito e propicia metas concretas a serem alcançadas, tendo relação direta com a subjetividade dos indivíduos e impactando, também, em sua saúde mental (GOMES et al., 2016).

A instituição escolar constitui-se como um espaço favorável para o desenvolvimento de ações preventivas e educativas relacionadas a diversas situações socioculturais, tornando possível o desencadeamento de processos reflexivos e críticos dos sujeitos. Para a efetivação dessa função, o(a) assistente social é de extrema importância, levando-se em consideração seu aporte profissional no que se refere ao conhecimento das diversas políticas sociais e suas diferentes formas de operacionalização. Esse agente possibilita a articulação e uma melhor relação entre a comunidade e a escola, estruturando projetos e atividades, sobretudo, da assistência social, para melhor atender as demandas e interesses dos(as) usuários(as) (MARTINS, 2012).

O espaço educacional é um lócus privilegiado do exercício profissional (MARTINS, 2012). É nesse ambiente que se manifestam as múltiplas expressões da questão social, tornando-o um local estratégico para o desencadeamento de ações de mobilização social e a construção de elementos para uma ação política. Nesse sentido, é essencial perceber a escola, em sua totalidade, enquanto um ambiente contraditório e dinâmico, onde se manifestam diferentes projetos societários. Por esse motivo, o âmbito escolar requer mediação e articulação com usuários(as) e com as(os) demais profissionais inseridos(as) nesse contexto.

O método materialista histórico dialético é a perspectiva teórico-metodológica por meio da qual o Serviço Social, hegemonicamente, se propõe a analisar e agir sobre a realidade. Essa compreensão implica a existência dos seres humanos dentro de um panorama histórico, de acordo com as relações materiais da sociedade. Netto (2009) elenca três passos constitutivos do processo a partir dos quais o(a) assistente social pode desenvolver seu exercício profissional em uma perspectiva compatível com o espírito do método de Marx. Essas etapas incluem ações como: possuir uma visão global da dinâmica social concreta, ou seja, na totalidade; identificar o modo de produção capitalista, suas particularidades e sua interferência na formação social brasileira, adquirindo conhecimento sobre a natureza de classe e da estrutura social; contextualizar a intervenção profissional e apreender os limites e possibilidades da sua atuação, a partir da determinação das mediações que ligam a problemática específica com que se ocupa às expressões da questão social e às políticas públicas; apropriar-se criticamente do conhecimento acerca da questão sobre a qual age, dominando bibliografias, documentações legais, sistematização de experiências, meios de intervenção, demandas e interesses dos(as) usuários(as); e ampliar o saber relativo ao campo em que está inserido(a). Além disso, o mesmo autor também destaca a importância de se pensar coletivamente, junto a profissionais das demais áreas, para que seja possível ultrapassar os obstáculos do cotidiano.

Ademais, para uma atuação junto a adolescentes e baseada no método marxista, é preciso que o(a) profissional entenda as contradições que a realidade impõe a esses indivíduos. Também é necessária a compreensão acerca do contexto em que esses sujeitos estão inseridos, da posição que eles ocupam perante a sociedade (graças às contradições geradas pelo conflito capital x trabalho), das expressões da questão social que os cercam e da natureza e do funcionamento das políticas e projetos sociais dos quais esses(as) adolescentes e suas famílias fazem parte (NETTO, 2009).

Logo, o marxismo suscita a crítica ao profissional, fazendo o(a) agente social refletir sobre as profundas contradições do capitalismo. Com isso, criam-se condições objetivas de intervenção enquanto ator inserido na engrenagem institucional do capital. A partir disso, o(a) assistente social pode promover processos reflexivos junto aos(as) usuários(as) acerca de suas realidades, agindo pela transformação desse cenário. Ao mesmo tempo, no entanto, o profissional também é transformado(a) por esse contexto (NETTO, 2009).

A partir desses pressupostos, entende-se que pensar e trabalhar o projeto de vida com adolescentes no âmbito da Educação Básica, considerando todos os condicionantes que impactam a sua realidade objetiva e, por consequência, suas subjetividades, é uma intervenção possível e de extrema importância para o fazer profissional do Serviço Social. Assim, essa prática constitui-se como um mecanismo de transformação social, em consonância com o projeto ético-político profissional e com os princípios e valores fundamentais do Código de Ética da categoria, que incluem o trabalho em prol da construção de uma nova ordem societária, sem qualquer tipo de dominação ou exploração.

Atualmente, diante do contexto da pandemia e da necessidade do isolamento social, as aulas estão suspensas em todo o país, ainda sem previsão de retorno. Essa suspensão se deve à necessidade de isolamento social, que já dura mais de um ano, tendo iniciado em março de 2020. A desastrosa gestão do governo federal frente a esse cenário de pandemia tem impactado toda a população, ao negar dados científicos e priorizar a atividade econômica em detrimento da vida humana. O Brasil já passa da triste marca de 300 mil mortos por Coronavírus e mais de

12 milhões de infectados em março de 2021, sendo que esses números assustadores não param de crescer. Enquanto vidas são ceifadas pelo vírus, a vacina caminha a passos lentos, em meio a um Ministério da Saúde que já está no seu quarto ministro sob os desmandos de Bolsonaro. Isso sem levar em consideração a subnotificação e o negacionismo da doença, que vêm ocasionando o colapso do sistema de saúde de vários estados e municípios brasileiros.

Esse panorama tem agravado a situação de muitas famílias e de muitos adolescentes brasileiros em função da adoção de aulas remotas: uma parcela desses jovens não possui acesso à *internet* e nem um espaço adequado aos estudos em casa, tampouco tem acesso a aparelhos eletrônicos que captam *internet* e/ou a livros didáticos que auxiliem na continuação de seus estudos. Esses fatores geram um enorme *déficit* no ensino e aprendizagem de milhares de brasileiros(as), evidenciando o abismo social existente entre a população do país.

Todo esse contexto impacta diretamente o futuro e os projetos de vida de jovens e adolescentes, que também precisam lidar com a saúde mental abalada diante de um cenário pandêmico que já tirou a vida de milhares de pessoas em todo o mundo. Nessa situação adversa e desafiadora, o trabalho do(a) assistente social é atingido diretamente, o que exige ações propositivas, criativas e, sobretudo, éticas.

3. QUAL VAI SER: BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio curricular obrigatório em Serviço Social compreende uma etapa de extrema importância para a formação profissional, pois possibilita a articulação entre os conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. Além disso, instiga a apreensão e a reflexão crítica da realidade, estimulando a formação do perfil e identidade profissional desejada para posterior atuação frente às diferentes expressões da questão social.

Ressalta-se que a instituição onde o estágio em Serviço Social foi realizado é uma das escolas sociais instalada em 1998, na região oeste de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. À época do estágio, a escola contava com mais de 900 estudantes, da Educação Infantil (Pré-B) até o Ensino Fundamental (1º a 9º ano). O colégio em questão foi o primeiro inaugurado no bairro Santa Marta, uma região marcada por muitos conflitos e conquistas por ser uma das maiores ocupações da América Latina. A escola possui caráter filantrópico sem fins lucrativos, sendo administrada por mantenedoras de direito privado. Além disso, ela é regulamentada pelas Leis Federais nº 12.101/2009 e nº 12.868/2013 e pelo Decreto Presidencial nº 8242/2014.

As escolas sociais são unidades nas quais se oferecem bolsas integrais a todos(as) os(as) estudantes. Essas instituições possuem como característica a instalação em regiões bastante vulneráveis dentro dos municípios. As escolas configuram-se como uma forma de concretizar o disposto nas legislações de regulamentação descritas anteriormente, que normatizam, principalmente, os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. Elas também concedem a certificação das entidades beneficentes, desde que as mesmas cumpram alguns requisitos, tais como: “III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.” (BRASIL, 2009).

A partir do processo de estágio, pode-se apreender as condições de trabalho do(a) assistente social, os instrumentais utilizados, o universo dos(as) trabalhadores(as) usuários(as)

dos diversos serviços. Com isso, é possível observar, na prática, a dinâmica social dialética analisada teoricamente em aulas. Também foi permitido analisar a interferência da conjuntura no fazer profissional, no que se refere, principalmente, às limitações que impostas em determinado do contexto. A partir disso, infere-se a necessidade de ser um(a) profissional propositivo(a), crítico(a), criativo(a), posicionado(a) e resiliente, para reinventar-se frente ao constante desmonte das políticas públicas.

Diante disso, o projeto de intervenção é um dos principais meios de avaliação do processo de estágio obrigatório em Serviço Social. O principal intuito dessa prática é destacar as demandas do campo e intervir na realidade a partir do projeto, de modo a auxiliar o(a) assistente social da instituição no atendimento às necessidades dos(as) usuários(as). O referido projeto de intervenção de estágio em Serviço Social, aplicado no campo de estágio, foi intitulado como “Qual vai ser?” e teve como objetivo geral contribuir na construção do projeto de vida das meninas estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (7º, 8º e 9º anos), com idades entre 13 (treze) e 16 (dezesesseis) anos. A pretensão foi contribuir com a formação de sujeitos políticas em condições para o exercício do protagonismo social.

Como estratégia de intervenção, utilizou-se o trabalho com grupos, tendo como objetivos específicos: colaborar no fortalecimento da parceria entre a escola e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); propiciar um espaço de escuta às adolescentes; discutir temas relacionados ao projeto de vida, que fossem do interesse das adolescentes; fomentar a reflexão crítica das estudantes em relação à sua vida e seu futuro; e estimular a participação social e o protagonismo estudantil das adolescentes. O projeto foi direcionado às alunas que não eram acompanhadas por outros grupos/projetos e/ou já haviam passado pelo setor de Serviço Social por vivenciarem uma situação de risco social ou pessoal.

Em um contexto de exacerbação do individualismo em detrimento do coletivo, o trabalho com grupos de pessoas diferentes e singulares se faz importante como um instrumento potente de intervenção na realidade. Essa metodologia pode ser definida como “a reunião de dois ou mais sujeitos unidos por algum objetivo ou identificação mútua” (ROZA; FRAGA, 2020, p. 115). Ainda segundo as autoras, por meio desse instrumento é possível desencadear processos reflexivos, discussões e interações, dando voz aos(às) usuários(as) e contribuindo na transformação paulatina da realidade, à medida que esses indivíduos se conhecem e reconhecem seu papel na sociedade. Diante disso, o grupo se constitui enquanto um espaço de socialização, trocas de experiências, aprendizagens coletivas e ressignificação de valores e visões de mundo. Nele, se expressa a totalidade do ser social em seus aspectos emocionais e racionais, bem como suas vivências e aprendizados.

Durante o projeto, buscou-se propiciar e fomentar o debate sobre diversos temas demandados pelas adolescentes e transversais à questão do projeto de vida. Os encontros se deram semanalmente, em turno inverso às aulas, com duração média de 2 (duas) horas. Inicialmente, foi realizada uma conversa com o Serviço de Orientação Educacional (SOE) para destacar alguns nomes de alunas que faziam parte do perfil destacado. A partir disso, foi marcada uma reunião de divulgação do projeto, na qual as adolescentes foram chamadas e receberam convites para iniciar a participação na iniciativa. Também foram entregues as autorizações para que os(as) responsáveis assinassem. Nesse primeiro contato, estiveram presentes 21 (vinte e uma) adolescentes e explanaram-se os objetivos do projeto e como o mesmo se daria.

O projeto foi aplicado entre o período de setembro a dezembro de 2019, totalizando 9 (nove) encontros ao todo. Nos encontros, a organização se dava em formato de círculos, para que todas pudessem visualizar e reconhecer uma à outra, facilitando a integração. Inicialmente, era realizada uma roda de apresentação das adolescentes presentes, além da passagem de uma lista de presença. A partir disso, a intenção era proporcionar para as estudantes um espaço acolhedor, de escuta e de conhecimento. Por esse motivo, as meninas ficavam livres para se expressar e expor suas opiniões da maneira como pensavam ser melhor.

Ao final de cada encontro, também se deixava disponível um intervalo para que as adolescentes escutassem músicas de seu agrado, proporcionando um ambiente de descontração. Além disso, realizava-se uma breve avaliação de cada encontro, bem como se solicitava às participantes que ficassem à vontade para construir observações críticas, dar dicas e apontar as temáticas que mais gostariam de discutir nos encontros seguintes. Assim, pôde-se incentivar um sentimento de protagonismo nas participantes, de modo que as mesmas se sentissem ativas no projeto.

O projeto se deu de forma dinâmica. Ao longo da aplicação do planejamento, foi possível discutir diversas problemáticas inerentes à questão do projeto de vida, as quais eram apresentadas por diferentes metodologias: oficinas, rodas de conversa e cines-debate. Na ocasião, também se chamou convidados para apresentarem e mediarem a discussão de determinados assuntos. As temáticas discutidas foram: autoestima e autoaceitação; papel da mulher na sociedade; violência contra a mulher e relacionamento abusivo; feminismo negro; participação social e protagonismo; saúde mental na adolescência; autonomia feminina e projeto de vida; Jovem Aprendiz e oportunidades de profissionalização na adolescência; e saúde mental da mulher negra.

Salienta-se que tais temáticas foram escolhidas partindo do entendimento de que, conforme Fernandes (2020), o sistema capitalista se sustenta em diferentes pilares de desigualdade que organizam a vida das pessoas a partir de suas identidades, impactando diretamente nas relações sociais, em suas subjetividades e em seus projetos de vida, seja consciente ou inconscientemente. Isto é, o capitalismo não influencia somente relações materiais e econômicas, mas também a produção de sujeitos. Por exemplo, o racismo é a expressão de uma sociedade estruturalmente baseada na colonização e na escravização de negros(as), a partir das quais se instalou uma supremacia racial branca. Essa supremacia gera e banaliza a exclusão, a objetificação, a desumanização e a violência sistêmica de corpos racializados, acarretando inúmeras consequências negativas a grupos sociais inteiros, que acabam por ser relegados a uma condição de marginalização.

Além disso, o patriarcado também é, além da classe e da raça, um dos pilares de sustentação do capitalismo, principalmente no que se refere à organização da divisão do trabalho: as mulheres, em sua maioria, são as responsáveis pelos trabalhos não remunerados, que envolvem cuidado, criação, tarefas domésticas, dentre outras atividades (FERNANDES, 2020). Assim, cria-se uma situação muito vantajosa para o sistema capitalista, ao contribuir diretamente para a manutenção da ordem social.

Além disso, o patriarcado se expressa através do machismo que, por sua vez, se apresenta como violência, discriminação, objetificação e desvalorização das mulheres, repercutindo em definitivo na vida social dos(as) sujeitos(as). Dessa forma, trabalhar tais questões vai ao encontro

do que preconiza o Código de Ética do Serviço Social, em um dos seus princípios fundamentais: “VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 2012, p. 23).

No final do último encontro foi feita a avaliação final do projeto de intervenção, aplicada através de um questionário. A partir disso, as adolescentes, segundo explanaram na avaliação, sentiram-se acolhidas e confortáveis para se expressarem, pois a estagiária e o espaço lhes passavam confiança e segurança. As estudantes relataram também que gostariam que o grupo continuasse no ano seguinte, com um número maior de participantes, mais convidados para a mediação e mais temáticas. Os assuntos mais destacados pelas adolescentes se relacionavam à saúde mental e negritude/racismo, os quais demandam maiores discussões/debates.

É importante salientar que as ferramentas e instrumentos utilizados em meio à aplicação desse projeto de intervenção se basearam nas dimensões teórico-metodológica⁴, técnico-operativa⁵ e ético-política⁶, sendo estas orientadas pela teoria social marxista. Tal orientação permite que o Serviço Social analise a realidade a partir de sua totalidade, considerando aspectos históricos e contradições. Assim, segundo Fernandes (2020), permite-se uma interpretação para além da análise meramente econômica do sistema, que leve em consideração também a produção e a reprodução da vida real.

É fundamental, portanto, discutir as estruturas da sociedade capitalista, tais como o patriarcado, que incide sobre a liberdade de escolha das mulheres, bem como sobre as funções/comportamentos esperados e a estética estipulada. Esse padrão pode influenciar o autorreconhecimento dessas figuras femininas, sua autonomia e até mesmo sua autoestima. Também cabe pensar sobre o racismo baseado na supremacia racial branca, que recai, entre outros aspectos, sobre a saúde mental da população negra, sobretudo das mulheres negras. A partir disso, os temas discutidos com o grupo durante o projeto constituíram-se como relevantes e significativos, uma vez que foram relacionados ao projeto de vida.

Diante do exposto, avaliou-se que o processo de estágio em Serviço social cumpriu com o que está elencado na Política Nacional de Estágio e foi um espaço que garantiu a formação de qualidade, baseada nos eixos norteadores do Serviço Social. Portanto, entende-se que o projeto de intervenção foi aplicado com êxito, respeitando o estabelecido nos objetivos gerais e específicos. A partir do projeto de intervenção executado, espera-se que as adolescentes que participaram tenham adquirido um maior autoconhecimento enquanto sujeitos históricos, para que, assim, consigam direcionar seus investimentos pessoais, seu tempo, seus estudos e seu trabalho na concretização de seus desejos e interesses.

Procurou-se também oportunizar um espaço para que as participantes pudessem desenvolver um olhar mais crítico acerca da realidade do mundo em que viviam, possibilitando reflexões e problematizações que contribuíssem na formação de pessoas mais autônomas e conscientes, capazes de exercer seu protagonismo social em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os(as) assistentes sociais devem direcionar seu exercício profissional à emancipação e à plena expansão dos indivíduos, segundo Zacarias (2020). Ressalta-se, contudo, que essa atuação não deve se dar de forma messiânica ou reducionista. Isso implica que o(a) profissional reconheça

suas limitações, uma vez que não é possível que uma profissão específica emancipe pessoas ou transforme realidades: essas tarefas estão além do fazer profissional de qualquer categoria, exigindo articulação e correlação de forças. Por isso, é fundamental que se busque a efetivação dos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, em especial no que se refere à articulação com os movimentos de outras categorias profissionais, com vistas à construção de uma nova sociabilidade.

De acordo com Simionatto (2019), o modelo educacional vigente se baseia em uma educação técnica, utilitarista e acrítica. No entanto, uma nova proposta de sociedade passa, dentre outros aspectos, pela educação. Para isso, é necessário trabalhar dentro de uma perspectiva de práxis, através de ações contínuas, críticas, políticas e pedagógicas, de modo a atingir a totalidade da vida social. É imprescindível que a educação objetive uma formação humanista e integral. Ainda que sozinha seja incapaz de gerar uma nova sociabilidade e superar o capitalismo, a educação é essencial para que essas mudanças ocorram.

É a partir de uma perspectiva crítica e humanista que o Serviço Social atua. Por isso, parte do seu trabalho é combater pautas ultraconservadoras e obscurantistas, tais como o “Escola sem Partido”. Essas demandas são utilizadas para desviar a atenção de problemas estruturais do Brasil e estão permeadas de “resquícios da escravidão, do latifúndio e do colonialismo, sedimentando um senso comum em torno de ideias e valores que encobrem os antagonismos de classe, a desigualdade e a exploração” (SIMIONATTO, 2019, p. 121-122).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se a importância de se trabalhar criticamente o projeto de vida junto a adolescentes, tendo em vista que é nesse momento de transformações, dúvidas, descobertas e formação da identidade que surgem desejos e perspectivas para o futuro. A escola se torna, dessa maneira, um local privilegiado para o exercício profissional do(a) assistente social, uma vez que se configura como um espaço de socialização e de formação de subjetividades no qual é propício o desencadeamento de ações socioeducativas e de conscientização.

Nesse aspecto, salienta-se a importância da associação entre assistentes sociais e psicólogos para reivindicar a implementação da recém aprovada Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Essa legislação pode ser considerada uma grande conquista, principalmente em meio a um contexto de desmontes e retrocessos. Com o constante acirramento das expressões da questão social, se faz mais urgente a inserção desses profissionais no contexto escolar, onde essa problemática se manifesta em suas mais diversas formas.

Diante do exposto ao longo deste texto, é importante ressaltar que a conjuntura atual tem sido bastante desafiadora. A educação, enquanto direito básico e fundamental, vem sofrendo diversos ataques em função do crescente avanço de políticas neoliberais, conservadoras e autoritárias. Esse cenário foi marcado pela aprovação da atual PEC 95 em 2016, que congelou os gastos em educação e saúde por 20 (vinte) anos, gerando um desmonte sem precedentes nessas áreas.

Esse projeto de desmonte se manteve e tem se intensificado no (des)governo de Jair Messias Bolsonaro, sendo marcado pela disseminação de discursos de ódio, pelo negacionismo

científico, pela manipulação ideológica com notícias falsas, pela intensificação do genocídio da população e juventude negra, pela deterioração das políticas sociais, pela violação e negação de direitos, pela banalização das desigualdades sociais e pelo descaso com a vida diante da pandemia da COVID-19, dentre outros retrocessos. Esses aspectos têm se refletido em prejuízos enormes à manutenção do sistema de proteção social e dos direitos trabalhistas.

O sistema capitalista possui um caráter metabólico, constituído de crises cíclicas e inerentes ao modo de produção, fazendo com que seja necessário lidar com vários problemas ao mesmo tempo, conforme Fernandes (2020). No momento em que este trabalho é escrito, por exemplo, o Brasil e o mundo vivem uma crise sanitária e econômica sem precedentes em função da pandemia do Coronavírus (COVID-19), que mudou radicalmente a vida cotidiana de todos(as) e já ceifou milhares de vidas. Esse cenário pandêmico veio a intensificar as expressões da questão social, bem como as colocou ainda mais em evidência. Ao longo de mais de um ano de isolamento social, ainda sem previsão de retorno à rotina, os(as) brasileiros(as) precisam conviver com níveis alarmantes de desemprego e subemprego, assim como as aulas continuam acontecendo de forma remota.

Entende-se que o ensino remoto é o meio mais viável de manutenção de vínculos entre alunos(as) e instituição de ensino nessa conjuntura. Porém, ao pensar propostas de ensino remoto, é preciso considerar as mudanças que a própria tessitura pode ocasionar devido à crise, tais como o agravamento da fragilidade do trabalho, a redução da renda familiar ou a instabilidade financeira e psicológica. Ademais, as atividades remotas transferem toda a responsabilidade e os custos das atividades realizadas de forma *online*/digital para quem as realiza, impondo, muitas vezes, jornadas de trabalho muito longas e atividades de aula sem um horário ou cronograma específico. Esses critérios dificultam a separação entre trabalho e vida privada. Tal rotina pode ser muito desgastante, ocasionar adoecimento mental ou, até mesmo, agravá-lo.

Sendo assim, é de fundamental importância a articulação e o debate com os gestores e demais profissionais do campo, a fim de pensar em meios para mediar e atuar objetivamente dentro desse cenário. Também se torna essencial a comunicação com a rede sócio assistencial, buscando formas de contato com a população, atentando-se sempre às determinações das autoridades sanitárias. Além disso, se faz necessária a procura por qualificação e educação continuada enquanto formas imprescindíveis para o aprimoramento do trabalho, bem como para pensar prioridades ou elaborar guias e protocolos de atuação (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020).

Ademais, o momento exige que a categoria profissional do Serviço Social reforce seu posicionamento crítico a favor da vida, coletivizando lutas e reivindicando que as autoridades assegurem os direitos à população mais vulnerável, desprovida de condições dignas de vida. A classe também deve cobrar melhores conjunturas de trabalho, mantendo seu direcionamento na luta por uma sociedade mais justa e igualitária e reafirmando o papel e a importância da profissão na efetivação dos direitos sociais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020).

Por meio do estágio curricular obrigatório, pôde-se apreender as condições de trabalho do(a) assistente social, os instrumentos utilizados e o universo dos(as) trabalhadores(as) e usuários(as) dos diversos serviços. Foi possível observar, na prática, a dinâmica social dialética analisada teoricamente em aulas no decorrer da formação em Serviço Social. O estágio também possibilitou o entendimento e a reflexão crítica da realidade, o que contribuiu para formação do

perfil e identidade profissionais para posterior atuação frente às expressões da questão social.

Diante disso, trabalhar o projeto de vida junto a adolescentes é uma estratégia de intervenção possível para o Serviço Social. Essa atividade foi potencializada pela dinâmica de grupos, no qual se fez possível fomentar processos reflexivos e críticos acerca de si próprio(a) e do meio em que o(a) adolescente estava inserido(a), de modo a transformar suas concepções. Assim, abriu-se possibilidades de incentivar processos emancipatórios, de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo social de adolescentes, tais como as participantes dos grupos no estágio em Serviço Social.

NOTAS

1. Jovem Aprendiz é uma forma de contratação que surgiu a partir da Lei da Aprendizagem (nº 10.097/2000) e objetiva estimular o primeiro emprego e fomentar a capacitação profissional entre os jovens de 14 (quatorze) a 24 (vinte e quatro) anos. Esta forma de contratação pode durar, no máximo, dois anos e um dos pré-requisitos é estar estudando. Ademais, “a legislação determina que médias e grandes empresas tenham de 5% a 15% de seus funcionários como aprendizes” (MARCHESAN, 2019).
2. Fernandes (2020, p. 107), define práxis como a “unidade dialética entre teoria e prática”.
3. “A mais-valia consiste na diferença entre o valor apropriado pelo capitalista e o valor que retorna aos trabalhadores por meio da remuneração” (FERNANDES, 2020, p. 77).
4. “Trata das diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade. Realidade com a qual o assistente social vai trabalhar e que se expressa no cotidiano profissional” (SANTOS, 2013, p. 26).
5. “A dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética” (SANTOS, 2013, p. 26).
6. “Trata dos diferentes compromissos que a profissão pode ter; das intencionalidades das ações; implica tomada de posições” (SANTOS, 2013, p. 26).

REFERÊNCIAS

ABRINQ. **Proporção de Crianças e Adolescentes sobre a População Total**. 2019. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/574-proporcao-de-criancas-e-adolescentes-sobre-a-populacao-total?filters=1,1893>. Acessado em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** Brasília – DF: Conselho Federal de Serviço Social, 10 ed. rev., 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 27 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3688, de 31 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Brasília – DF, 2000. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília – DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.** Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social. Brasília – DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8242.htm. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília – DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 25 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília – DF: CEFSS, 2013. Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 06 jun, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social.** Brasília – DF: CFESS Manifesta, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CORDEIRO, L. F. **As transformações no mundo do trabalho**: a produção flexível e suas manifestações na subjetividade do trabalhador. 2018. 79 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DUARTE, M. J. O. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282010000100002>.

FERNANDES, S. **Se quiser mudar o mundo**: um guia político para quem se importa. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

GOMES, F. Z et al. Adolescentes e construção do projeto de vida: um relato de experiência. **Revista do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família**, Criciúma - SC, v. 3, p. 1-14, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/prmultiprofissional/article/view/3035>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MARCELINO, M. Q. S.; CATÃO, M. F. F.; LIMA, C. M. P. Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes no ensino médio. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 544-557, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307671874_Representacoes_sociais_do_projeto_de_vida_entre_adolescentes_no_ensino_medio. Acesso em: 08 jul. 2019.

MARCHESAN, Ricardo. **O que é e como funciona o jovem aprendiz? Quanto ganha? Tem 13º e férias?** 2019. Site Uol. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/12/05/como-fuciona-programa-jovem-aprendiz.htm>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MARTINS, E. B. C. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MARX, K. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: MARX, Karl. (Org.). **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 188-193.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília – DF, 2018. Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 jun. 2016.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília – DF: CFESS/Abepss, 2009.

ROZA, P. W. da; FRAGA, C. K. O trabalho com grupos como instrumento na atuação do assistente social. In: LIMA, E.; QUADRADO, J. C. (Org.). **Serviço Social hoje**. São Borja – RS: Editora CEEINTER, 2020. p.114-131.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, CRESS-MG, n. 3, ano 2, p. 25- 30, 2013. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XX, n. 66, p. 65-83, abr. 1999.

SIMIONATTO, I. Serviço Social, reação conservadora e o ataque ao marxismo. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo – SP: Cortez, 2019. p. 117 - 134.

VERDÉLIO, A. **Ipea: 23% dos jovens brasileiros não trabalham nem estudam**. Agência Brasil, Brasília – DF, 03 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/ipea-23-dos-jovens-brasileiros-nao-trabalham-e-nem-estudam>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ZACARIAS, I. R. **O lugar do marxismo na formação profissional em Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.